

**X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ACTA Nº 7**

Aos seis dias do mês de Março de dois mil e oito reuniu, pelas 9h00, a Subcomissão de Turismo, sob a Presidência do Sr. Deputado Mendes Bota (PSD). A reunião contou com a presença dos Senhores Deputados constantes da respectiva folha de registo.

Da Ordem do Dia constava um único ponto, a **Audição do Presidente do Conselho Directivo do Turismo de Portugal, IP, Dr. Luís Patrão**.

O Sr. Presidente da Subcomissão deu as boas vindas ao Dr. Luís Patrão, bem como à Secretária-Geral do Turismo de Portugal, Dra. Teresa Silveira, enquadrando a audição no âmbito da prossecução do Plano de Actividades da Subcomissão e referindo a expectativa dos Srs. Deputados, pelo facto de ser esta a primeira audição ao responsável do Turismo de Portugal, IP.

O Dr. Luís Patrão agradeceu o convite efectuado pela Subcomissão de Turismo, realçando a importância de prestar contas à Assembleia da República dos trabalhos do organismo que dirige. De seguida, efectuou uma apresentação *power point*¹, referindo, igualmente, dados constantes da documentação distribuída², nomeadamente quanto ao Plano Estratégico Nacional do Turismo e o Turismo de Portugal, I.P..

O Sr. Presidente agradeceu a exposição e passou a palavra aos Srs. Deputados.

Interveio inicialmente o Sr. Deputado Hugo Velosa, que começou por agradecer a intervenção efectuada. Começou por afirmar o acordo relativamente à reestruturação que tem sido feita, colocando, de seguida, algumas dúvidas por parte do GP do PSD, nomeadamente quanto à melhoria das estatísticas do sector do turismo, se não estará em causa pela evolução desfavorável da conjuntura internacional, e qual a influência que esta poderá ter sobre a evolução do sector das companhias aéreas *low-cost* em Portugal. Questionou, ainda, quanto aos PIN, a relevância dos factores ambientais, tão importantes para um sector como o turismo, e quais os mecanismos existentes para as empresas de menor dimensão.

De seguida, usou da palavra a Sra. Deputada Hortense Martins, começando por referir que a aplicação do PRACE no sector do turismo está patente nos objectivos que foram atingidos. Considerou que existe uma componente internacional que afecta a evolução interna, mas que têm um carácter essencial as políticas governativas implementadas, como o caso do PENT. Questionou o Dr. Luís Patrão, ao nível do desenvolvimento dos “10 produtos”, como se pretende desenvolver melhor o turismo de natureza em interacção com o turismo cultural, tendo em consideração a importância do ambiente. De seguida, questionou como se conseguiu a melhoria de Portugal no ranking do *World Economic Forum*, de 22º para 15º lugar. Finalmente, deu

¹ A apresentação efectuada faz parte do espólio da Subcomissão de Turismo e pode ser consultada.

² A documentação distribuída faz parte do espólio da Subcomissão de Turismo e pode ser consultada.

conta da falta de interligação entre as bases de dados no sector, o que não contribui para a desburocratização.

O Sr. Deputado Melchior Moreira interveio em seguida, concordando com a orientação estratégica global, mas deixando preocupações com a promoção externa. Questionou, ainda, sobre o desenvolvimento dos pólos no âmbito do PENT, e sobre a eventual sobreposição de competências que isso pode gerar.

O Sr. Deputado Ceia da Silva levantou questões sobre quais as perspectivas de futuro em matéria de formação de recursos humanos no sector, bem como sobre a eventual cooperação com Espanha ao nível da definição de uma estratégia ibérica para o sector. Questionou, ainda, sobre quais os mecanismos financeiros específicos existentes para regiões não inseridas no âmbito do PENT.

A Sra. Deputada Teresa Venda questionou sobre o que tem sido feito para os pequenos e médios operadores, não abrangidos por projectos PIN, tendo em conta a necessidade de articulação com o poder local. Questionou, igualmente, sobre a quais as medidas em curso de promoção do turismo em articulação com o património cultural, em particular aquele já classificado como património mundial, considerando que o Turismo de Portugal, IP, poderia agir de modo a criar dinâmicas e massa crítica para promoção da atractividade turística de locais que, por si só, constituem património cultural (como Foz Coa).

O Sr. Deputado Maximiano Martins considerou que seria interessante ouvir um balanço da actividade das agências regionais de promoção turística, mas provavelmente o tempo disponível para a audição não o permitiria.

O Sr. Presidente agradeceu as intervenções dos Srs. Deputados, o seu carácter conciso, e sugeriu efectuar, posteriormente, audições com o Dr. Luís Patrão com vista a aprofundar questões de carácter mais temático. De seguida, colocou uma questão sobre o porquê de o turismo religioso ter ficado fora do PENT.

O Dr. Luís Patrão agradeceu as questões colocadas. Considerou que a incerteza económica internacional afecta o sector do turismo. Ainda assim, considerou que as companhias aéreas *low-cost* constituem uma virtuosidade, pelo facto de permitirem uma ligação ponto a ponto, com cidades específicas (e não apenas as capitais dos países), que se revelam mercados com uma dimensão importante, por vezes superior a 1 milhão de habitantes. Quanto aos PIN, recordou que não são mais facilmente aprovados, pelo contrário, são susceptíveis de lhes serem exigidos o cumprimento de certos factores. Quanto ao papel do Turismo de Portugal enquadrado no PRACE, opinou que procuraram ser um bom exemplo da reorganização em curso da Administração Pública. Quanto à necessidade de redução da burocracia, nomeadamente em matéria de registos, concordou haver necessidade de uma maior flexibilidade. Quanto ao novo regime jurídico das regiões de turismo, escusou-se a comentar em concreto sobre a matéria, recordando não estar ainda publicada, mas considerando que a reorganização das regiões de turismo obedeceu a alguns princípios, em particular a necessidade de promover a qualidade do produto, de envolver os diversos actores do sector, a necessidade de ganhar massa crítica em vez

de pulverizar o número de entidades e a promoção da constituição de equipas executivas regionais, nomeadamente com vista a desenvolver os PDT. Em matéria de formação de recursos humanos qualificados, considerou que as escolas desta área de formação devem constituir-se como centros de promoção de conhecimento e da sua disseminação, apresentando-se como escola, organizadora de eventos, que atraia a comunidade. Recordou já existir uma distribuição regional significativa das escolas, que promovem a qualidade educativa, pedagógica e formativa. Concordou com a promoção da cooperação ibérica, nomeadamente transfronteiriça, em matéria de turismo. Informou que o sistema de incentivos existente é o mesmo para todo o país, sendo posteriormente conferidas majorações aos pólos. Quanto à intervenção junto de pequenos e médios operadores, recordou que a acção dos PIN – pela sua concentração numa equipa de coordenação – permitiu libertar os serviços para uma maior interacção com os operadores de menor dimensão. Finalmente, em matéria de articulação do turismo com as valências culturais, concordou com as afirmações proferidas, realçando a necessidade de melhorar a acção nessa matéria, em particular através de uma maior articulação com os actores regionais e locais dessa área, sensibilizando as autarquias para certas especificidades do sector turístico, nomeadamente ao nível da aplicação da regulamentação existente. Nesta matéria, considerou que a nova Lei dos Empreendimentos Turísticos facilitará a resolução destas questões. Ainda, considerou que o balanço da acção das agências regionais de promoção turística é positivo, sendo necessário resolver os eventuais problemas ocorridos, de forma a melhorar a situação existente. Quanto ao turismo religioso, considerou não ter ainda uma dimensão crítica em Portugal, pelo que não lhe foi conferido um carácter estratégico, ainda que seja importante no contexto do *touring* cultural e paisagístico. Deu ainda conta da existência de um Grupo de Trabalho, em conjunto com o Instituto da Conservação da Natureza, para promover o turismo na natureza, e cuja actividade deve ser desenvolvida em paralelo com o produto estratégico do PENT “turismo da natureza”.

O Sr. Presidente agradeceu as intervenções dos Srs. Deputados e, em particular, os esclarecimentos prestados pelo Dr. Luís Patrão, reiterando o convite para posteriores audições, de carácter mais temático.

A reunião foi dada por encerrada pelas 10h30, dela se tendo lavrada a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de Março de 2008.

O PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO

(Mendes Bota)

Aprovada na reunião de 12 de Março de 2008.